



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 20/2013

Disponibilização: 07 de outubro de 2013

Período abrangido: 23 de setembro a 04 de outubro de 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- 2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **FLORESTAS**
 - **PESCAS**
 - **VITIVINICULTURA**
- 3. COMÉRCIO**
- 4. EMPREGO**
- 5. EMPRESAS**
 - **EMPRESAS PÚBLICAS**
- 6. ENERGIA**
- 7. FINANÇAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- 8. JUSTIÇA**
- 9. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**
 - **QUESTÕES CONSULARES**
- 10. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - **AÇORES**
- 11. SAÚDE**
- 12. SEGURANÇA SOCIAL**



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 292/2013, de 26 de setembro

(Ministérios das Finanças e da Administração Interna)

Aprova as taxas devidas pela emissão, renovação ou substituição do cartão profissional do pessoal de vigilância, pela emissão, renovação e averbamentos de alvarás, licenças e autorizações e pela realização de exames, auditorias e operações de avaliação de conhecimentos.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2013, de 23 de setembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa com a aquisição de serviços para o controlo e erradicação do nemátodo da madeira do pinheiro e do seu inseto vetor na zona tampão do território do continente, durante os anos de 2013 a 2015.

Portaria n.º 295/2013, de 01 de outubro

(Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 300/2012, de 2 de outubro, que estabelece quem são os beneficiários, termos e condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados, de acordo com o Decreto-Lei n.º 101/2012, de 11 de Maio.

• FLORESTAS

Portaria n.º 294/2013, de 27 de setembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece as medidas extraordinárias de proteção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e disseminação do fungo *Gibberella circinata* Nirenberg & O'Donnell em Portugal.

Portaria n.º 296/2013, de 03 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (segunda alteração) o Regulamento do Fundo Florestal Permanente aprovado pela Portaria n.º 113/2011, de 23 de março.



- **PESCAS**

Despacho n.º 12213/2013, de 25 de setembro

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete da Ministra)

Determina o limite de descargas da espécie sardinha capturada com arte de cerco, no período compreendido entre 1 de setembro a 31 de dezembro de 2013.

- **VITIVINICULTURA**

Despacho n.º 12214/2013, de 25 de setembro

(Ministério da Agricultura e do Mar - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Fixa o preço das ações de formação de inspeção de materiais vitícolas.

3. COMÉRCIO

Despacho n.º 12275/2013, de 26 de setembro

(Ministério da Economia - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia)

Regula a fase de apresentação de candidaturas a que se refere o Regulamento da medida "Comércio Investe", no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio.

4. EMPREGO

Despacho n.º 12124/2013, de 23 de setembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego)

Altera o Despacho n.º 18368/2008, de 9 de Julho e Republicação do regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 4.2 «Promoção do Emprego Científico» do eixo n.º 4 «Formação Avançada» do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).



5. EMPRESAS

• EMPRESAS PÚBLICAS

Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro

(Ministério das Finanças)

Aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial.

6. ENERGIA

Diretiva n.º 17/2013. D.R. n.º 183 de de 23 de setembro

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Acertos de faturação baseada em estimativa de consumos.

7. FINANÇAS

• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Portaria n.º 290/2013, de 23 de setembro

(Ministério das Finanças)

Aprova os novos modelos e as respetivas instruções de preenchimento das declarações de inscrição no registo/início, alterações e cessação de atividade e revoga a Portaria n.º 210/2007, de 20 de fevereiro.

Portaria n.º 297/2013, de 04 de outubro

(Ministério das Finanças)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 44/2011, de 26 de janeiro, que fixa as taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos tributáveis usados no território nacional.

Portaria n.º 298/2013, de 04 de outubro

(Ministério das Finanças)

Fixa os procedimentos que deverão ser observados pelas entidades inscritas no registo de pessoas coletivas religiosas (RPCR), ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 134/2003, de 28 de junho, que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado, nos termos dos n.os 3 a 6 do artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa).



8. JUSTIÇA

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 388/2013, de 24 de setembro

(Tribunal Constitucional)

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 814.º, n.º 2, do Código de Processo Civil, na redação do Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de novembro, quando interpretada no sentido de limitar os fundamentos de oposição à execução instaurada com base em requerimentos de injunção à qual foi aposta a fórmula executória.

Acórdão n.º 356/2013, de 26 de setembro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucionais os n.os 1 e 2 do artigo 1.º do Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Álcool ou Substâncias Psicotrópicas, introduzido pela Lei n.º 18/2007, de 17 de maio, na interpretação segundo a qual a quantificação da taxa de álcool no sangue pode ser feita, para efeitos de condenação em processo penal, com recurso a teste efetuado em analisador quantitativo do ar expirado.

Declaração n.º 197/2013, de 03 de outubro

(Assembleia da República - Conselho dos Julgados de Paz)

Publica o Regulamento-Geral do Conselho dos Julgados de Paz.

Despacho n.º 12610/2013, de 03 de outubro

(Ministério da Justiça - Gabinete da Ministra)

Fixa em EUR 3,25 o preço dos modelos de impressos n.os 101, 101-A, 101-B, 102, 102-A, 102-B e 103, exclusivos dos serviços de identificação criminal.

Declaração de Retificação n.º 39/2013, de 04 de outubro

(Assembleia da República)

Declara a retificação da Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto, que procede à 30.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 134/2013, de 04 de outubro

(Ministério da Justiça)

Estabelece um procedimento extraordinário de realização do estágio e do exame para o acesso à atividade de administrador judicial.



9. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

• QUESTÕES CONSULARES

Aviso (extrato) n.º 11854/2013, de 24 de setembro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Fixa as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de outubro de 2013.

10. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2013/A, de 25 de setembro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014.

Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2013/A, de 30 de setembro

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Aprova o Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa, na Ilha de São Miguel, Açores.

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2013/A, de 03 de outubro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Cria o Instituto da Segurança Social dos Açores, I. P. R. A.

Decreto Legislativo Regional n.º 15/2013/A, de 04 de outubro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013/A, de 22 de abril, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013.

11. SAÚDE

Decreto-Lei n.º 135/2013, de 04 de outubro

(Ministério da Saúde)



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Digesto

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, que estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde.

12. SEGURANÇA SOCIAL

Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)

Determina a criação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS).